COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

# TIMOR-LESTE

N.º 23 DEZEMBRO 87

# Indonésia prepara recepção aos parlamentares portugueses

"COMO VÊ, AQUI TODOS APOIAM A INTEGRAÇÃO!"

Um dos acontecimentos políticos mais significativos nos últimos tempos é, sem dúvida, a hipótese de visita de uma delegação parlamentar portuguesa a Timor-Leste.

São, ainda hoje, pouco claros os contornos que envolvem tal proposta, embora a sua génese e maturação se venha desenvolvendo há um certo tempo. Com efeito, no início de 1986 começaram a ser lançados vários "balões de ensaio" que culminaram com a visita a Timor do então deputado do CDS. Eng. Anacoreta Correia; depois foi o reatamento das negociações entre Portugal e a Indonésia, de conteúdo desconhecido, mas cujo epílogo — o relatório de Perez de Cuellar — consagra formalmente, e pela primeira vez, essa hipótese.

Apesar de a posição pública do Governo português ser de distanciamento relativamente a essa eventualidade (considerada por si como meramente hipotética e dependente da verificação de uma série de condições prévias) a verdade é que os compromissos concretos assumidos pelo Estado português perante a Indonésia, sob a égide da ONU, não são conhecidos.

Se quanto à abordagem que as autoridades portuguesas pensam dar ao assunto nada se sabe, a Indonésia, pelo seu lado, não tem estado parada. Tudo indica que as autoridades deste país estão a encarar muito seriamente a possibilidade da ida a Timor-Leste de parlamentares portugueses.

Assiste-se, assim, neste território, a uma inusitada febre empreendedora, com a administração indonésia dando início, logo em finais de Setembro, a um vasta campanha destinada a preparar uma recepção "condigna" à delegação portuguesa. Entre outras iniciativas, salientamos:

— criaram um "Fundo de Reabilitação Urbana" que, entre outras tarefas, tem a seu cargo o restauro das ligações orodoviárias mais importantes como Dili-Baucau e Baucau-Viqueque;

— estão a melhorar as povoações do interior: Iliomar (distrito de Lospalos), Cribas (Manatuto) e outras nas áreas de Baucau, Laga, Quelicai, Laleia e Vemasse;

— o abastecimento alimentar e a assistência médica foram reforçadas em zonas ultimamente bastante afectadas pela fome e pela doença;

— vários presos políticos têm sido libertados e as populações deslocadas reenviadas para as suas áreas de origem; paralelamente, a liberdade de movimentação tem sido alargada não sendo já exigida autorização de circulação dentro de um certo raio em volta das localidades;

— funcionários da Administração estão a ser levados para o interior a fim de organizarem e participarem em programas de "enquadramento" das populações, ao mesmo tempo que os chefes tradicionais (os liurais) e os responsáveis da organização estatal da juventude (*Pramuka*) têm estado a ser convocados para prepararem as manifestações anti-portuguesas e pró-indonésias. Estas manifestações, em cujos ensaios têm sido obrigados a participar os alunos das escolas primárias, incluiriam o rasgar e o queimar da bandeira portuguesa em auto-de-fé, além do apedrejamento da delegação e respectivo local de alojamento.

Todos estes factos alertam mais uma vez para os sérios riscos que envolvem uma possível ida de deputados portugueses a Timor-Leste. Só a exigência e garantia de cumprimento de condições muito estritas de liberdade de movimentação, estadia e contactos, poderá impedir a consumação de uma farsa cuja encenação a Indonésia pôs já em marcha.

Que de encenação se trata confirma-se pelas informa-

**NESTE NÚMERO:**


- **Indonésia prepara recepção aos parlamentares portugueses**
- **Pacífico: conflitos e ambiguidades**
- **Solidariedade cristã reuniu-se em Manila**

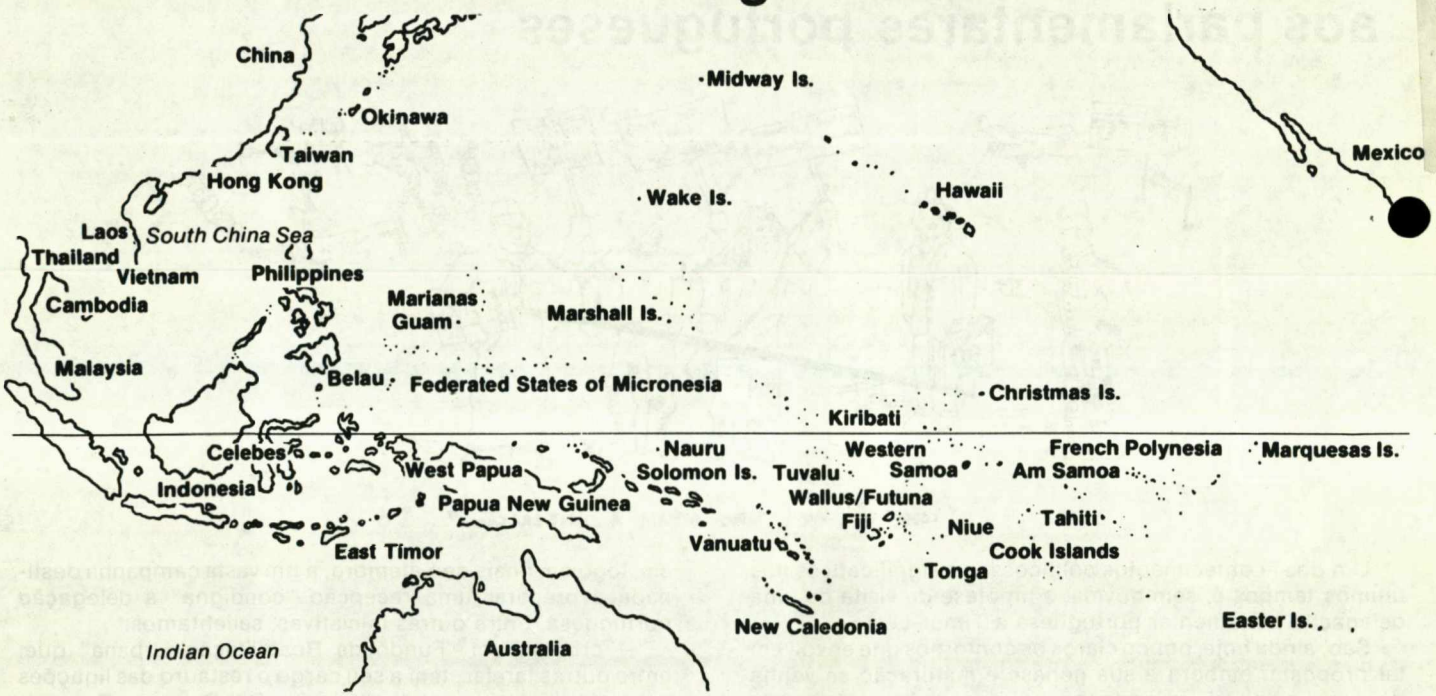
ções recentes sobre a situação militar no território. Em Agosto deste ano mais 46 veículos blindados e um efectivo de 7 200 homens foram desembarcados. Em 16 de Outubro caiu um segundo helicóptero, como resultado da acção da guerrilha. Atingido na área de Viqueque, sofreu reparações na base de Baucau. Em vôo de ensaio, despenhou-se perto de Dili sobre um armazém de arroz tendo morrido os seus três tripulantes e quatro timores que trabalhavam no armazém.

Entretanto, foi divulgado em Jacarta pela *Islamic Pacific Press Agency* o manifesto de uma organização denominada Movimento Islâmico de Timor (MIT).

O MIT, que diz ter instalado no território um governo provisório na clandestinidade, e indicando nomes desconhecidos de ressonância islâmica como seus dirigentes, apela ao apoio da URSS e dos países islâmicos (e em particular da Líbia) para a sua luta e afirma que coordena esforços de acção com o Conselho Revolucionário de Resistência Nacional (CRRN) dirigido por Xanana Gusmão. Ataca também fortemente Portugal, que acusa de país imperialista com pretensões a manter a presença no território, e o governo indonésio.

Esta organização, uma criação do *Bakin*, o serviço de informações indonésio, pretenderia cobrir um duplo objectivo: por um lado lançar a marca líbio-soviética sobre a Resistência; por outro lado, servir de trunfo de reserva para a eventualidade de futuras negociações com a inclusão de organizações representativas dos timores. □

# Pacífico: conflitos e ambiguidades




Como se pode depreender pela análise do mapa restrito do Pacífico Sul acima apresentado, Timor, Nova Caledónia e Fiji são ilhas que se situam num contexto geográfico, político e social, a Melanésia, onde as duas grandes potências mundiais e algumas potências europeias têm importantes interesses a defender, convindo-lhes a manutenção do seu domínio (porventura indirecto) ou de uma outra qualquer forma de influência.

Em Timor-Leste, após a invasão indonésia e apesar de as Nações Unidas terem declarado o território sob administração portuguesa, os direitos humanos são constantemente violados e o direito à autodeterminação e indepedência negado, embora consignado por essa mesma Organização e por Portugal. A luta que os independentistas da Fretilin mantêm, em condições de grande dureza, é objecto de agressão pela Indonésia, potência ocupante e violadora.

Na Nova Caledónia, apesar de uma resolução apresentada pelas Fiji ao Comité de Descolonização da ONU consignando o *"inalienável direito do povo da Nova Caledónia à autodeterminação e à independência"* em Agosto deste ano, a qual foi aprovada por 18 votos a favor, um contra e cinco abstenções, a França, potência colonizadora, preparou e efectuou um referendo a 13 de Setembro a fim de auscultar a população sobre se desejava a indepedência ou se pretendia continuar sob administração francesa.

A população da Nova Caledónia é constituída por 62.000 *"canacas"* (autóctones), por 83.000 europeus e seus descendentes (sendo os primeiros conhecidos por *"caldoches"*) e ainda por minorias asiáticas oriundas do actual Vietnam, da Argélia e Melanésios de Wallis. Entre os canacas 84%, segundo a FNLKS (Frente Nacional de Libertação Canaca Socialista), aspiram à independência; os *"caldoches"* e alguns dos seus descendentes lutam por manter a "lealdade" do território à administração francesa.

O que faz correr a França para este conflito num pequeno território do Pacífico, o qual, à partida, lhe acarretará sérias dificuldades junto da comunidade internacional, que cada vez mais se manifesta contrária à manutenção de quaisquer formas de colonialismo?

— Estas ilhas são extremamente importantes como base de apoio logístico para os ensaios nucleares no atol de Moruroa (Tahiti) onde se realizaram já experiências atómicas, as quais foram objecto de contestação pelo movimento Greenpeace e pelos países envolventes da zona (melanésios e não melanésios);
— O subsolo da Nova Caledónia é dos mais ricos do mundo em níquel;
— No âmbito da política global da NATO, o controle da França sobre este território revela-se de grande importância geo-estratégica, especialmente a partir das recentes transformações nas Filipinas, onde a instabilidade política não permite aos Estados Unidos encarar com a serenidade anterior a segurança das suas bases militares aí instaladas.

O referendo levado a cabo pela França na Nova Caledónia em 13 de Setembro não tinha mais do que o objectivo de "legalizar" uma administração colonial contestada dentro e fora do território. A FNLKS, antes de decidir apelar à abstenção, apresentou ao governo francês de Jacques Chirac as

condições consideradas mínimas para que lhe pudesse atribuir algum significado como expressão da vontade do povo canaque: teriam direito a voto todos os canacas residentes bem como os descendentes de estrangeiros ali nascidos de cujos progenitores um, pelo menos, estivesse nas mesmas condições. O governo francês recusou tal proposta, atribuindo direito de voto a todos os colonos franceses ali residentes há mais de três anos, o que levou Jean-Marie Tjibaou, dirigente da FNLKS, a apelar à abstenção. Dados estes condicionalismos, os resultados do referendo, em que apenas 59% de votos foram expressos, são esmagadoramente favoráveis à manutenção da associação em relação à França, apesar de entre os canacas e basicamente fora da capital, a abstenção ter atingido 84%, segundo Tjibaou. Embora, após os resultados, o Primeiro-ministro francês tenha feito uma visita relâmpago a Noumea, a capital, anunciando a vitória (com certa moderação, dadas as consequências que uma maior clivagem entre as populações canacas e caldoches poderá revestir), a FLNKS está consciente que se atingiu uma situação de ruptura sem conciliação possível e bastante mais vincada do que a situação anterior.

Após o conhecimento dos resultados, Jean-Marie Tjibaou e outros líderes da FLNKS declararam que a não-violência até aqui praticada pelos independentistas *"não era uma religião, mas uma táctica pontual"*. De momento a FLNKS propõe-se desenvolver um processo de *"desobediência tranquila"* que aponta para o não pagamento de impostos, a recusa a prestação do serviço militar e a construção de uma economia paralela e de cariz auto-gestionário que dificulte os interesses dos colonos franceses. Estas atitudes são consideradas pelos independentistas como um dos degraus da escada da luta que conduzirá à autodeterminação total.

A falta de isenção na preparação de referendos com objectivos semelhantes por potências ocupantes, administrantes ou colonizadoras deverá servir de alerta para alguns políticos portugueses que possam considerar ser esta uma das vias possíveis para a solução do problema de Timor-Leste.

Entretanto os acontecimentos nas ilhas Fidji ao longo deste ano de 1987 vieram trazer a primeiro plano as disputas entre as várias potências da região pela hegemonia na área e as dificuldades e contradições que enfrenta o nacionalismo melanésio para se afirmar.

A 12 de Abril dão-se as eleições para o Conselho Legislativo fidjiano de que sai vencedora a coligação constituída pelo recém-formado Partido Trabalhista das Fidji, dirigido pelo Dr. Timoci Bavadra, e pelo Partido Nacional Federativo de predominância étnica indiana.

A 14 de Maio o cor. Sitiveni Rabuka conduz um golpe militar tendo como justificação básica o restituir o poder aos fidjianos de origem melanésia, ameaçados de ficarem reduzidos a cidadãos de segunda classe pelos fidjianos de origem indiana.

Tal argumentação não deixava de ter raízes na sociedade fidjiense como o provaram os conflitos de tipo étnico que estalaram em vários pontos das ilhas, dias após o golpe, desencadeados pelo movimento *Taukei* (proprietários em língua pidgi) e que provocaram a debandada de muitos habitantes de origem indiana.

Mas reduzir as motivações do golpe apenas a razões étnicas é simplificar perigosamente os acontecimentos.

Os fidjianos de origem indiana, que constituem 49% dos 715 000 habitantes das ilhas, como grupo não ganharam mais lugares no Conselho Legislativo nas eleições de 12 de Abril dos que já tinham, pois o número de representantes de cada etnia é fixo pela Constituição de 1970.

O que mudou nos resultados do acto eleitoral e que conduziu ao golpe de Estado é que nenhum fidjiano pertencente ao grupo dos Grandes Chefes entrou para a coligação governamental. Foi a mudança de sentido de voto de muitos fidjianos urbanos — mais do que os votos dos fidjianos de origem indiana — que levou à deslocação do poder.

O chamado Sistema dos Chefes é fortemente influenciado pela cultura polinésia trazida pelas invasões tongas, antes da chegada dos europeus. O apoio eleitoral fidjiano de Bavadra veio precisamente dos sectores mais melanésios, mais fora do Sistema dos Chefes, como é o caso de Suva, a capital, e da zona oeste do arquipélago. Foi nestas zonas que assentou a vitória eleitoral da coligação em 12 de Abril. É curioso notar que foi nesta mesma zona oeste que, nos princípios deste século, qunado o monopólio da cana-do-açúcar era dominado pela companhia australiana *Colonial Sugar Refining Co.*, nasceu o primeiro sindicato e o primeiro movimento pelos direitos políticos das Fidji, apoiado por ambas as comunidades, a melanésia e a indiana.

As consequências do golpe para a economia das ilhas apresenta-se trágica. A moeda foi desvalorizada em cerca de 40% e prevê-se uma redução nas receitas do turismo, uma das principais fontes de divisas do país, de 60% a 70% no próximo ano. Simultaneamente, o açúcar, a outra grande fonte de divisas, teve uma significativa queda de produção, acompanhada da perda do contrato de venda de 176 000 Ton. à Grã-Bretanha a preços preferenciais como resultado da sua expulsão da Commonwealth após a proclamação da República em 6 de Outubro passado.

Reduzir pois o conflito a uma luta étnica é obscurecer os reais desafios ao Sistema dos Chefes que representam a crescente participação dos fidjianos na economia monetária urbana e a actual taxa de desemprego de 10%.

Do ponto de vista do seu relacionamento externo, o golpe militar debate-se numa teia de ambiguidades.

O cor. Rabuka reconheceria, dias depois do golpe, que a proposta de política externa neutralista e anti-nuclear do primeiro-ministro deposto Timoci Bavadra tinha influenciado a sua decisão de golpe. E informações tornadas públicas em Outubro por refugiados fidjianos na Austrália e Nova Zelândia davam conta do envolvimento norte-americano na sua prossecução. Segundo esses relatos, os famosos soldados encapuçados que acompanharam Rabuka em 14 de Maio não passariam de ex-*"marines" made in USA*, alguns deles já com um longo cadastro de participação em operações deste tipo, inclusive na República Dominicana em 1964.

A condenação do golpe pela Austrália e Nova Zelândia, países de que depende, em grande parte, as Fidji levou o novo regime a virar-se para outros lados acusando estes países de levarem a cabo uma política neocolonial e imperialista.

A França foi o primeiro país ocidental a acorrer a apoiar o regime militar. Para quebrar o seu isolamento na área, Paris veio ajudar a quebrar o isolamento de Rabuka. Mas mais significativo é o apoio que este procura ganhar junto da Indonésia, também ela empenhada em ganhar apoios e cobertura para a sua política colonial na região e em disputar a hegemonia sobre a mesma ao rival australiano. Um golpe que se faz a coberto da pretensa afirmação do nacionalismo melanésio, à procura de suporte junto de regimes que na área negam essa mesma afirmação...

O apoio de Jacarta, traduzido na venda de material de guerra (helicópteros), na compra de açúcar e na formação de oficiais fidjianos na Academia Militar de Bandung, é, contudo, limitado pela reacção da Índia que cortou relações diplomáticas com as Fidji. A Indonésia sabe que um apoio a Rabuka muito ostensivo poderia provocar um mau relacionamento com Nova Delhi, o que comprometeria as suas já comprometidas pretensões à presidência do Movimento dos Não-Alinhados.

Quanto aos países melanésios — Papua Nova Guiné, Vanuatu, Ilhas Salomão — se por um lado são sensíveis à argumentação "nacionalista" do coronel, por outro lado não têm deixado de criticar os métodos seguidos por este. E a aproximação que o regime de Suva tem vindo a fazer a Paris e Jacarta, leva-os a recear que um isolamento crescente de Rabuka reforce a sua queda nos braços do velho e do novo colonialismo na área, pelo que a necessidade de manter o diálogo com o regime saído do golpe militar tem pautado o seu posicionamento. □

# Solidariedade cristã reuniu-se em Manila

Decorreu em Manila, Filipinas, de 16 a 18 de Novembro, a primeira consulta sobre Timor-Leste de organizações cristãs e de solidariedade da região Ásia-Pacífico. A comprovar o interesse e preocupação que a questão suscita na área, apesar da pouca informação em geral a que até agora teve acesso, está o número de participantes — cerca de 40 — provindos de 13 países entre os quais Portugal, através do grupo **A Paz é Possível em Timor-Leste**.

A consulta teve lugar após uma Conferência do *Nuclear Free and Independent Pacific*, igualmente realizada em Manila, com a participação de delegações de cerca de 20 países da região, onde a questão de Timor-Leste foi objecto de atenção, sendo aprovada uma moção de solidariedade com o povo timorense e a sua luta de resistência.

Convocada pelo grupo australiano *Christians in Solidarity with East Timor* e pelo Conselho Nacional de Igrejas das Filipinas, a Consulta contou com a participação de representantes dos dois partidos políticos timorenses, Fretilin e UDT.

Os trabalhos começaram com uma análise da situação interna em Timor-Leste, ocupação, direitos humanos e Igreja, dando especial relevo ao carácter colonial da ocupação e à resistência, nas suas diversas componentes, como resposta do povo timorense. Sublinhou-se a necessidade do apoio das organizações de solidariedade à Convergência Nacionalista, em ordem ao seu reconhecimento e participação nas decisões que dizem respeito ao povo de Timor-Leste.

Destacamos em resumo alguns pontos das conclusões da análise feita pela Consulta:

1. Timor-Leste continua a ser um dos mais importantes problemas militares da Indonésia. O número de tropas de combate no território, as estruturas dos comandos especiais directamente controladas a partir do território, a situação de apertada segurança interna e a contínua negação de acesso do exterior, ilustram claramente essa importância.

2. A presença indonésia em Timor-Leste não se resume à ocupação militar mas apresenta cada vez mais um carácter colonial. A economia está controlada por monopólios dominados pela elite indonésia e a vida social, cultural e política está estruturada para servir os interesses indonésios, à custa do povo timorense que é, sistematicamente, excluído, marginalizado e desprovido de poder.

3. Gritantes violações dos direitos humanos continuam a ser praticadas, com intensidade variada. É também necessário reconhecer que o sempre presente clima de medo e as restrições quanto à livre comunicação, direitos legais, reunião e movimentação estão agora institucionalizados em Timor-Leste. A supressão da cultura timorense e a sistemática indonesianização constituem igualmente um abuso dos direitos fundamentais para a preservação da identidade timorense.

4. A resistência armada timorense à integração permanece, aparentemente, indestrutível e constitui um poderoso símbolo de oposição timorense à anexação. Contudo deve salientar-se que atitudes timorenses menos conhecidas, em todos os níveis da sociedade incluíndo o clero, funcionários públicos, estudantes, e o povo nas aldeias, são testemunho de que a oposição à integração continua entrincheirada por todo o território de Timor-Leste.
   Isto reflecte-se igualmente na decisão dos dois partidos políticos, UDT e Fretilin, de actuar conjuntamente na luta política pela independência.

5. A Igreja Católica local tem crescido rapidamente tornando-se uma organização massiva à qual adere a maioria dos timorenses. Encontra-se sob a administração directa do Vaticano através de um Administrador Apostólico e não faz parte, formalmente, da Igreja indonésia. A Igreja timorense continua a clamar pelo fim do conflito e dos abusos dos direitos e por uma solução justa, bem como por maior liberdade para cumprir com as suas pesadas responsabilidades pastorais. A Igreja encontra-se sujeita a consideráveis pressões políticas, externa como internamente, e sente intensamente o seu isolamento. Necessita de ver aumentados os apoios e contactos, especialmente por parte da comunidade eclesial internacional.

6. Os laços ocidentais e regionais, económicos, políticos, militares e de segurança com a Indonésia constituem um dos maiores obstáculos para o avanço da causa timorense. A nível regional tal situação é exemplificada pela interdependência das economias japonesa e indonésia, pelos compromissos políticos da ASEAN (Associação das Nações do Sueste Asiático), pela cooperação activa com a Indonésia de outros governos da região, particularmente da Austrália e Papua Nova Guiné, e pela crescente ambição indonésia de alargar a sua influência política ao Pacífico Sul.

O debate da questão timorense nas Nações Unidas e o papel desempenhado por Portugal foi o bloco seguinte em análise. Depois de expressarem o seu protesto pela ambiguidade constatada em recentes declarações do Governo português sobre Timor-Leste, e afirmarem a sua importante responsabilidade na garantia de uma solução justa para o problema, os participantes na Consulta decidiram dirigir-se aos órgãos de soberania portugueses, apelando para o reconhecimento formal dos dois partidos timorenses e a sua participação no processo negocial.

Ficou entretanto expressa a consternação dos delegados à Consulta pelos inadequados relatórios oficiais das Nações Unidas sobre a questão de Timor-Leste, tendo-se recomendado que sejam apresentadas petições junto do Secretário-Geral reclamando a plena participação dos timorenses.

Para implementar as linhas de acção decorrentes da análise feita, com os recursos existentes, os participantes na Consulta aprovaram as seguintes propostas:

1. Fornecimento de informação básica sobre a questão, à comunidade ampla;
2. Informação regular ao serviço de organizações não governamentais na Ásia e no Pacífico;
3. Estabelecimento de grupos de apoio na Papua Nova Guiné e nas Filipinas;
4. Informação e *lobbying* nos principais fóra políticos, extra Nações Unidas;
5. Documentação sobre os efeitos da ocupação indonésia, e colonização em Timor-Leste, sobre as mulheres e as crianças;
6. Encorajamento a organizações de direitos humanos, humanitárias e outras, para procurar acessos independentes a Timor-Leste.

A primeira Consulta sobre Timor-Leste da região Ásia-Pacífico terminou os trabalhos em clima de festa, não ainda a festa de Timor-Leste livre e seguro do seu porvir — que esse ainda enfrenta muitas ambiguidades e silêncios da comunidade internacional — mas a da solidariedade de **povo a povo**, onde cada gesto forte e amigo é já um passo ganho. □

**Director:** António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere **Sede:** R. Pinheiro Chagas, 77-2.º Esq., 1000 Lisboa, tel.: 574718/541308 **Execução gráfica:** Gamatipo, Artes Gráficas, Lda. **Tiragem:** 600 exemplares **Periodicidade:** mensal **Preço avulso:** 20$00 **Assinatura anual:** 300$00
Publicação inscrita na DGCS com o n.º 112 094